



2012



São Paulo, 22 de março de 2013: CESP - Companhia Energética de São Paulo (BM&FBOVESPA: CESP3, CESP5 e CESP6), a maior geradora de energia hidrelétrica do Estado de São Paulo e uma das maiores do país, divulga o release de resultados referentes ao quarto trimestre e ao ano de 2012 (4T12 e 2012). As informações trimestrais e anuais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, comparadas com mesmo período do ano de 2011, exceto onde indicado de outra forma.

Teleconferência 2012 com Tradução Simultânea

Data: 27/03/2013

Português

11h00 (Horário de Brasília)
10h00 (Horário de Nova Iorque)
Tel.: +55 11 2188-0155
Código: CESP
Replay: +55 11 2188-0155
Senha: CESP

Tradução para o inglês

11h00 (Horário de Brasília)
10h00 (Horário de Nova Iorque)
EUA: (1 646) 843 6054
Demais países: (1 866) 890 2584
Código: CESP
Replay: +55 11 2188-0155
Senha: CESP

Contatos RI:

Tel.: +55 11 5613-3626
Fax: +55 11 5613-3657
ricesp@cesp.com.br
www.cesp.com.br/ri

Receita Líquida cresce 13,4% em 2012 com proposta de dividendos de R\$ 386 milhões

Destaques de 2012

- **Receita Operacional Líquida de R\$ 3,4 bilhões**, 13,4% de crescimento em relação a 2011
- **Resultado Financeiro de R\$ 576,6 milhões negativos**, 15,4% inferior a 2011
- **EBITDA ajustado de R\$ 2.072,3 milhões**, 18,6% superior a 2011, com margem de 61,8%
- **Lucro Líquido de R\$ 148,0 milhões**, 36,3% superior a 2011
- Proposta de distribuição de **dividendos de R\$ 386,2 milhões (R\$ 115 milhões já pagos como Juros sobre o Capital Próprio)**.

	4T12	4T11	Var%	2012	2011	Var%
Receita Operacional Líquida	805.181	795.725	1,2%	3.354.005	2.957.525	13,4%
Despesas Operacionais	(885.058)	(469.665)	88,4%	(2.223.347)	(1.771.291)	25,5%
Resultado do Serviço	(79.877)	326.060	n.d.	1.130.658	1.186.234	-4,7%
EBITDA	47.107	474.339	-90,1%	1.730.115	1.701.013	1,7%
EBITDA ajustado	364.550	490.377	-25,7%	2.072.317	1.746.937	18,6%
Margem EBITDA ajustado	45,3%	61,6%	- 16,4 p.p.	61,8%	59,1%	2,7 p.p.
Resultado Financeiro	(120.021)	(136.351)	-12,0%	(576.633)	(681.537)	-15,4%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(296.611)	73.590	n.d.	147.982	108.581	36,3%

PARQUE GERADOR

A CESP – Companhia Energética de São Paulo possui seis usinas de geração hidrelétrica com um total de 57 unidades geradoras que somam 7.459,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia, representando 7% e 6%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

As usinas hidrelétricas da CESP estão distribuídas em duas bacias hidrográficas, a bacia do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo, e a bacia do Rio Paraíba do Sul, no leste do Estado de São Paulo. Abaixo são apresentados os principais dados das usinas da Companhia:

Usinas Hidrelétricas	Entrada em Operação	Unidades Geradoras	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW Médio)	Vencimentos das Concessões
Ilha Solteira	1973	20	3.444,0	1.949 ⁽¹⁾	07/07/2015
Três Irmãos	1993	5	811,5		18/11/2011
Jupiá	1969	14	1.551,2	886	07/07/2015
Porto Primavera	1999	14	1.540,0	1.017	21/05/2028
Paraibuna	1978	2	85,0	50	09/03/2021
Jaguari	1972	2	27,6	14	20/05/2020
Total		57	7.459,3	3.916	

⁽¹⁾Garantia física definida para o complexo formado pelas duas usinas. A usina de Três Irmãos, incluída na Medida Provisória 579 (convertida em lei nº 12.783 de 14 de janeiro de 2013), teve sua garantia física definida pelo Ministério de Minas e Energia em 217,5 MW médios através da Portaria 32 de 5 de março de 2013, e continuará sendo operada pela CESP até decisão do poder concedente. A garantia física de Ilha Solteira foi definida em 1.731,5 MW médios.

PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas da CESP no quarto trimestre de 2012 alcançou 9.890.384 MWh, 5,2% inferior ao mesmo período de 2011. No acumulado do ano atingiu 42.353.069 MWh, 3,2% superior ao ano de 2011.

Usinas Hidrelétricas	Produção em MWh(*)			
	4T12	4T11	2012	2011
Ilha Solteira	4.301.165	4.233.269	17.725.139	17.308.243
Três Irmãos	468.550	978.978	3.511.144	3.731.314
Jupiá	2.365.512	2.432.905	9.743.720	9.096.848
Porto Primavera	2.588.852	2.643.724	10.761.397	10.403.063
Paraibuna	130.519	124.961	474.456	464.251
Jaguari	35.785	18.254	137.214	52.756
Total	9.890.384	10.432.091	42.353.069	41.056.475

(*) Capacidade Nominal de Produção = 3.916 MW médios X 24 horas X 92 dias = 8.646.528 MWh/4T12
 3.916 MW médios X 24 horas X 366 dias = 34.398.144 MWh/ano 2012)
 3.916 MW médios X 24 horas X 365 dias = 34.304.160 MWh/ano 2011)

No 4T12 a CESP produziu 14,4% acima de sua capacidade nominal. No acumulado do ano esta variação foi de 23,1%. Este resultado é reflexo do adequado programa de manutenção das máquinas da CESP, que têm permitido altas taxas de disponibilidade das unidades geradoras.

COMERCIALIZAÇÃO

Os clientes da CESP são as principais distribuidoras de energia elétrica do país que compram sua energia por meio de contratos de longo prazo, em leilões, no mercado regulado. As comercializadoras e os consumidores livres adquirem sua energia por meio de ofertas públicas em contratos bilaterais de curto, médio e longo prazo.

A CESP comercializa sua energia de garantia física líquida nos seguintes ambientes:

Ambiente de Contratação Regulada – ACR: mediante leilões de compra de energia, organizados pela ANEEL, realizados por intermédio da CCEE para atender as distribuidoras; e diretamente a distribuidoras com carga inferior a 500 GWh/ano, com tarifas reguladas pela ANEEL.

Ambiente de Contratação Livre – ACL: por meio de Contratos de Compra e Venda de Energia Elétrica de curto, médio e longo prazo, com volumes, condições e preços negociados com empresas comercializadoras e consumidores livres.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE: onde as diferenças entre a energia produzida, garantia física líquida e contratada, são contabilizadas e liquidadas, parte para atender ao MRE – Mecanismo de Realocação de Energia a tarifas reguladas que cobrem apenas o custo variável de geração de energia, e parte como energia secundária, a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD, apurados na CCEE.

RECEITAS

Em 2012 as **Receitas com Venda de Energia** atingiram **R\$ 3.816,3 milhões**, 13,1% superior a 2011. No quarto trimestre de 2012 as **Receitas com Venda de Energia** somaram **R\$ 936,2 milhões**.

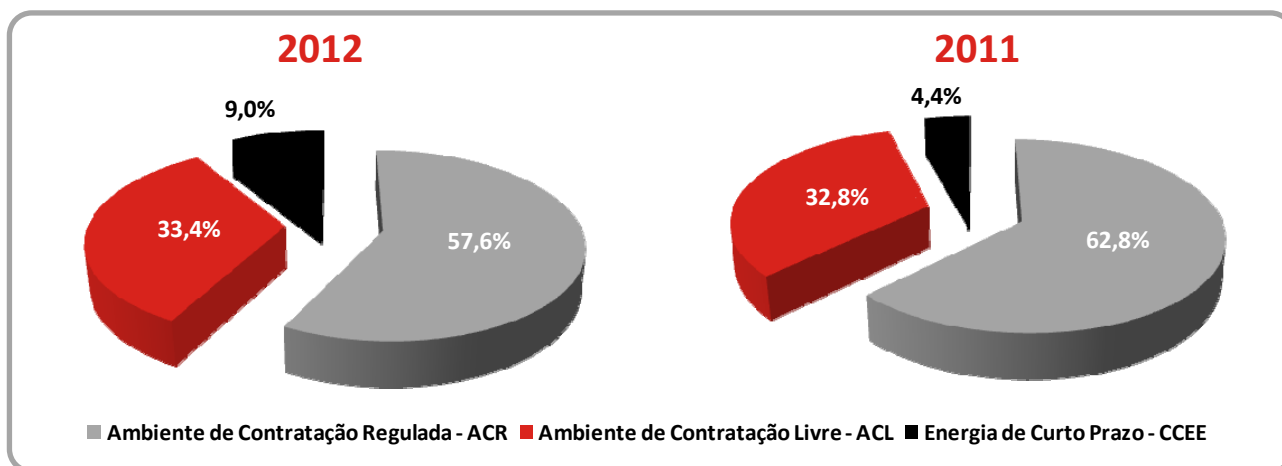
No ano de 2012 foram direcionados **5.025 GWh** para o MRE - Mecanismo de Realocação de Energia.

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	4T12	4T11	Var.	4T12	4T11	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	2.975.384	2.942.894	1,1%	338.967	294.824	15,0%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	5.527.324	5.636.086	-1,9%	584.054	563.220	3,7%
Mercado de Curto Prazo - PLD	-	1.215.632	-	(185)	43.569	-100,4%
Mercado de Curto Prazo - MRE	1.487.767	382.887	288,6%	13.368	5.577	139,7%
Total	9.990.475	10.177.499	-1,8%	936.204	907.190	3,2%

Composição das Vendas de Energia	MWh			R\$ mil		
	2012	2011	Var.	2012	2011	Var.
Ambiente de Contratação Livre - ACL	11.764.548	11.445.486	2,8%	1.272.498	1.108.564	14,8%
Ambiente de Contratação Regulada - ACR	21.321.884	21.791.891	-2,2%	2.199.754	2.118.381	3,8%
Mercado de Curto Prazo - PLD	3.241.738	4.417.277	-26,6%	297.556	125.104	137,8%
Mercado de Curto Prazo - MRE	5.025.308	2.177.915	130,7%	46.515	23.141	101,0%
Total	41.353.478	39.832.569	3,8%	3.816.323	3.375.190	13,1%

DISTRIBUIÇÃO DA RECEITA

Em 2012, da receita decorrente das vendas de energia elétrica, 57,6% tiveram origem no **Ambiente de Contratação Regulada (ACR)**, 33,4% no **Ambiente de Contratação Livre (ACL)** e 9,0% na **Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)**, com crescimentos mais expressivos no ACL e CCEE.



Ambiente de Contratação Regulada – ACR

O volume de energia destinada ao ACR totalizou 2.503 MW médios no quarto trimestre de 2012, o que representa uma participação de 55,3% da quantidade total comercializada em contratos no trimestre. No ano a participação da quantidade total comercializada foi de 51,6%.

Em 2012 o faturamento no ACR registrou **R\$ 2.199,8 milhões**, sendo **R\$ 2.123,3 milhões** em contratos com distribuidoras e **R\$ 76,5 milhões** para distribuidoras com mercados inferiores a 500 GWh/ano. No trimestre o faturamento no ACR foi de **R\$ 584,1 milhões**, divididos em **R\$ 561,7 milhões** em contratos com distribuidoras e **R\$ 22,4 milhões** para distribuidoras com mercados inferiores a 500 GWh/ano.

Ambiente de Contratação Livre – ACL

No 4T12 o volume de energia referente aos contratos de venda de curto, médio e longo prazo, no Ambiente de Contratação Livre correspondeu a 1.348 MW médios, representando uma participação de 29,8% nas quantidades de energia comercializadas mediante contratos no trimestre. No ano a participação da quantidade total comercializada foi de 28,4%.

Neste ambiente, o faturamento total correspondeu a **R\$ 339,0 milhões** no trimestre e **R\$ 1.272,5 milhões** no acumulado do ano em contratos bilaterais.

Mercado de Curto Prazo:

A receita obtida pela empresa na CCEE somou **R\$ 13,2 milhões** no quarto trimestre e **R\$ 344,1 milhões** nos 12 meses de 2012, incluindo o MRE - Mecanismo de Realocação de Energia e o Mercado de Curto Prazo – PLD.

Em 2012 a média de preços do PLD foi de R\$ 166,69, ante R\$ 29,42 no ano de 2011.

DEDUÇÕES À RECEITA

Em 2012 as **Deduções à Receita** representaram 12,2% da Receita Operacional Bruta (12,5% em 2011) e registraram **R\$ 465,9 milhões**, 10,5% superior ao ano de 2011. No 4T12 somaram **R\$ 132,0 milhões**, 17,4% acima do 4T11, representando 14,1% da Receita Operacional Bruta.

Deduções à Receita - R\$ mil	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
Quota para reserva global de reversão - RGR	(38.880)	(23.692)	64,1%	(100.289)	(87.962)	14,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.084)	(8.088)	0,0%	(33.504)	(29.953)	11,9%
Imposto s/ serviços - ISS	(30)	(30)	0,0%	(100)	(116)	-13,8%
COFINS s/ receitas operacionais	(69.825)	(66.187)	5,5%	(272.776)	(249.329)	9,4%
PIS s/ receitas operacionais	(15.159)	(14.441)	5,0%	(59.217)	(54.201)	9,3%
Total	(131.978)	(112.438)	17,4%	(465.886)	(421.561)	10,5%
% da Receita Bruta	14,1%	12,4%	1,7 p.p	12,2%	12,5%	-0,3 p.p

DESPESAS OPERACIONAIS

Embora a CESP tenha reduzido todas as suas despesas gerenciáveis, o total das **Despesas Operacionais** no ano de 2012 somou **R\$ 2.223,3 milhões**, 25,5% superior a 2011, representando 66,3% da Receita Líquida, um aumento de 6,4 p.p. em relação ao ano anterior.

No 4T12 as **Despesas Operacionais** aumentaram 88,4%, principalmente por conta de dois fatores: (i) da rubrica Entidade de Previdência a Empregados – CPC 33/IAS 19, que resultou em provisionamento de **R\$ 342,2 milhões**, contra **R\$ 45,9 milhões** de 2011, decorrente, principalmente, da redução para 3,75%, em 2012 (5,5% em 2011), da taxa de remuneração dos títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) futuros, utilizados no cálculo contábil (CPC 33) para determinar o valor presente da obrigação atuarial a ser reconhecida e (ii) custos de R\$ 142 milhões no âmbito da CCEE devido à sua parcela no rateio dos custos pela geração insuficiente de energia elétrica pelo sistema, com a necessidade de despacho das usinas termelétricas, parcela contabilizada como despesa na rubrica Energia Comprada.

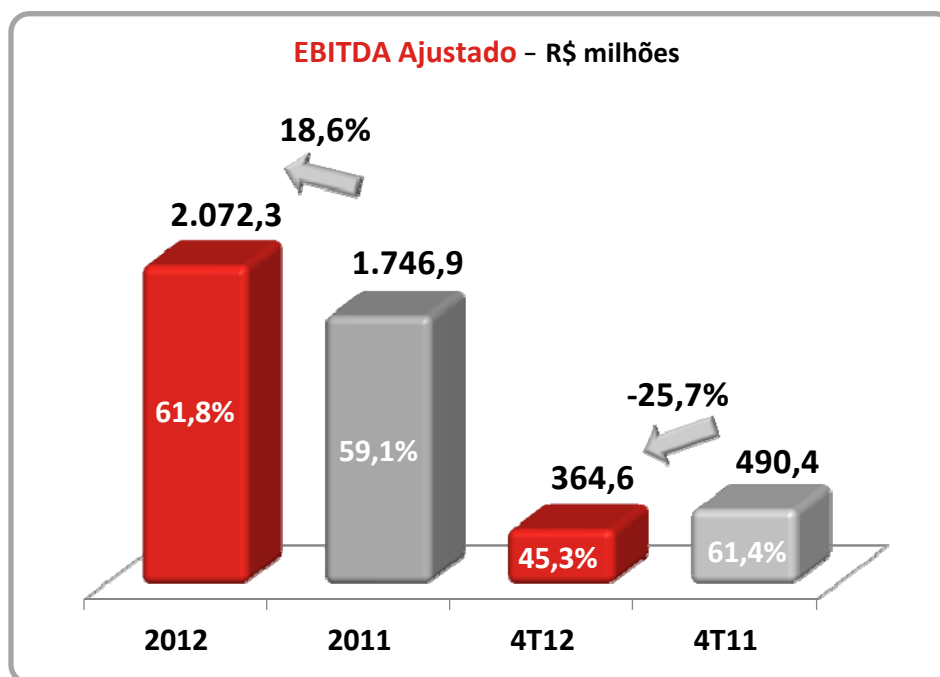
Despesas Operacionais - R\$ mil	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
Pessoal	(60.292)	(59.671)	1,0%	(211.574)	(224.779)	-5,9%
Entidade de previdência - Contribuição ao plano	(2.514)	(3.372)	-25,4%	(8.877)	(9.546)	-7,0%
Entidade de previdência - CPC 33 / IAS 19	(317.443)	(16.038)	n.d.	(342.202)	(45.924)	645,1%
Material	(2.849)	(3.611)	-21,1%	(10.907)	(16.428)	-33,6%
Serviços de terceiros	(32.613)	(32.766)	-0,5%	(111.792)	(118.416)	-5,6%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(48.648)	(48.122)	1,1%	(208.323)	(189.391)	10,0%
Energia comprada	(142.464)	-	-	(142.464)	-	-
Encargos uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(93.403)	(95.105)	-1,8%	(371.503)	(343.622)	8,1%
Taxas do setor elétrico	(4.502)	(3.936)	14,4%	(17.637)	(16.605)	6,2%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargo de uso do sistema de transmissão	8.644	8.176	5,7%	31.715	30.658	3,4%
Depreciação	(191.745)	(194.025)	-1,2%	(773.830)	(777.894)	-0,5%
Provisão para perda estimada de crédito	(3.448)	(1.200)	-	(28.411)	(1.200)	n.d.
Provisões operacionais	11.123	(12.532)	-188,8%	(11.713)	(32.337)	-63,8%
RTE Despacho nº 2517/2010-ANEEL	-	-	-	-	(9.606)	-
Outras despesas	(4.904)	(7.463)	-34,3%	(15.829)	(16.201)	-2,3%
Total	(885.058)	(469.665)	88,4%	(2.223.347)	(1.771.291)	25,5%
% da Receita Líquida	109,9%	59,0%	50,9 p.p	66,3%	59,9%	6,4 p.p

EBITDA

O **EBITDA** em 2012, calculado pelas novas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012, alcançou **R\$ 1.730,1 milhões**, 1,7% superior a 2011.

O **EBITDA ajustado** atingiu **R\$ 2.072,3** em 2012, 18,6% superior aos 12 meses de 2011 (R\$ 1.746,9 milhões).

A **Margem EBITDA ajustado** foi de **61,8%** em 2012, contra **59,1%** em 2011.



Demonstração:

EBIT / EBITDA - R\$ mil	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
Lucro (Prejuízo) Líquido	(296.611)	73.590	-503,1%	147.982	108.581	36,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social (líquidos)	30.453	64.858	-53,0%	230.171	129.253	78,1%
Resultado Financeiro	120.021	138.118	-13,1%	576.633	681.537	-15,4%
EBIT	(146.137)	276.566	-152,8%	954.786	919.371	3,9%
Depreciação	193.244	197.773	-2,3%	775.329	781.642	-0,8%
EBITDA	47.107	474.339	-90,1%	1.730.115	1.701.013	1,7%
Entidade de Previdência – CPC 33 / IAS 19	317.443	16.038	1879,3%	342.202	45.924	645,1%
EBITDA Ajustado	364.550	490.377	-25,7%	2.072.317	1.746.937	18,6%
Margem EBITDA ajustado	45,3%	61,6% - 16,4 p.p.		61,8%	59,1%	2,7 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

As **Receitas Financeiras** somaram **R\$ 46,3 milhões** no ano e **R\$ 10,1 milhões** no quarto trimestre de 2012, respectivamente 7,0% e 28,6% inferiores ao ano de 2011 e ao 4T11. O **Total das Despesas Financeiras**, incluindo Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras, registrou **R\$ 360,4 milhões** em 2012 e **R\$ 89,6 milhões** no 4T12.

As **Variações Monetárias Líquidas** resultaram em **R\$ 156,9 milhões** negativos em 2012 e **R\$ 32,5 milhões** negativos no 4T12. Já as **Variações Cambiais Líquidas** alcançaram **R\$ 105,6 milhões** negativos e **R\$ 8,1 milhões** negativos respectivamente no ano e no quarto trimestre de 2012. As Variações Monetárias e Cambiais Líquidas foram as principais responsáveis pela redução do resultado financeiro negativo, com diminuição da ordem de 27,9% em relação a 2011.

Dessa forma, o **Resultado Financeiro** em 2012 foi de **R\$ 576,6 milhões** negativos, 15,4% inferior ao mesmo período de 2011, No 4T12 este resultado foi de **R\$ 120,0 milhões** negativos.

Detalhamento do Resultado Financeiro - R\$ mil	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
RECEITAS	10.143	14.212	-28,6%	46.349	49.848	-7,0%
Rendimentos de aplicações financeiras	7.849	11.161	-29,7%	34.296	37.699	-9,0%
Atualização de quotas subordinadas - FIDC	1.176	1.117	5,3%	5.629	4.208	33,8%
Atualização de créditos / recebíveis - EMURB e DAEE	813	476	70,8%	3.425	1.550	121,0%
Atualização de valores a receber - Energia Livre	-	(1.225)	n.m.	687	2.729	-74,8%
Outras	305	2.683	-88,6%	2.312	3.662	-36,9%
DESPESAS						
ENCARGOS DE DÍVIDAS	(55.141)	(55.796)	-1,2%	(223.578)	(228.140)	-2,0%
Moeda estrangeira	(24.386)	(23.939)	1,9%	(97.975)	(97.026)	1,0%
Moeda nacional	(30.755)	(31.857)	-3,5%	(125.603)	(131.114)	-4,2%
OUTRAS DESPESAS FINANCEIRAS	(34.441)	(32.850)	4,8%	(136.872)	(138.909)	-1,5%
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros	(404)	(1.697)	-76,2%	(2.837)	(3.127)	-9,3%
Juros e atualização do Contrato ELETROBRÁS	(3.727)	(5.105)	-27,0%	(22.857)	(22.900)	-0,2%
Atualização de cessão de créditos de recebíveis de energia	(11.502)	(9.281)	23,9%	(43.140)	(37.324)	15,6%
Atualização de encargos de uso da rede elétrica - parcelamento	-	1.998	n.m.	-	(456)	n.m.
Imposto s/ operações financeiras	(79)	(225)	-64,9%	(533)	(247)	115,8%
Imposto de renda s/ remessa ao exterior	(6.689)	(4.805)	39,2%	(23.524)	(17.640)	33,4%
Atualização TAC	(902)	6.082	-114,8%	(2.560)	(4.481)	-42,9%
Atualização TUSDg	-	(1.767)	n.m.	-	(1.767)	n.m.
Despesas com operações financeiras - FIDC	(271)	(733)	-63,0%	(1.198)	(1.766)	-32,2%
Atualização P&D - projetos	(1.117)	(1.434)	-22,1%	(4.962)	(5.420)	-8,5%
Desconto contratos de clientes	(5.507)	(6.684)	-17,6%	(23.149)	(26.897)	-13,9%
Outros encargos	(4.243)	(9.199)	-53,9%	(12.112)	(16.884)	-28,3%
TOTAL DAS DESPESAS FINANCEIRAS	(89.582)	(88.646)	1,1%	(360.450)	(367.049)	-1,8%
RESULTADO BRUTO	(79.439)	(74.434)	6,7%	(314.101)	(317.201)	-1,0%
VARIAÇÕES MONETÁRIAS E CAMBIAIS LÍQUIDAS	(40.582)	(63.684)	-36,3%	(262.532)	(364.336)	-27,9%
Moeda nacional	(32.507)	(50.579)	-35,7%	(156.921)	(214.575)	-26,9%
Moeda estrangeira	(8.075)	(13.105)	-38,4%	(105.611)	(149.761)	-29,5%
RESULTADO FINANCEIRO	(120.021)	(138.118)	-13,1%	(576.633)	(681.537)	-15,4%

LUCRO LÍQUIDO

Em 2012, o **Lucro antes dos Impostos** alcançou **R\$ 378,2 milhões** e as despesas de **Imposto de Renda e Contribuição Social** somaram **R\$ 230,2 milhões**. Desta forma, o **Lucro Líquido** registrou **R\$ 148,0 milhões**, 36,3% superior a 2011.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADOS E DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A ser submetida à deliberação dos acionistas na Assembleia prevista para 24 de abril próximo:

Exercício Social (R\$ milhões)	2012
Lucro líquido do exercício	147.982
Destinação	
(-) Reserva Legal	(7.399)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	199.463
Realização da reserva de lucros a realizar	46.126
Saldo para destinação de dividendos	386.172
Juros sobre o capital próprio já distribuído	(115.000)
Saldo a distribuir como dividendos	(271.172)

A proposta do Conselho de Administração à Assembleia de Acionistas prevê o pagamento do saldo até 30 de novembro deste ano.

INDICADORES

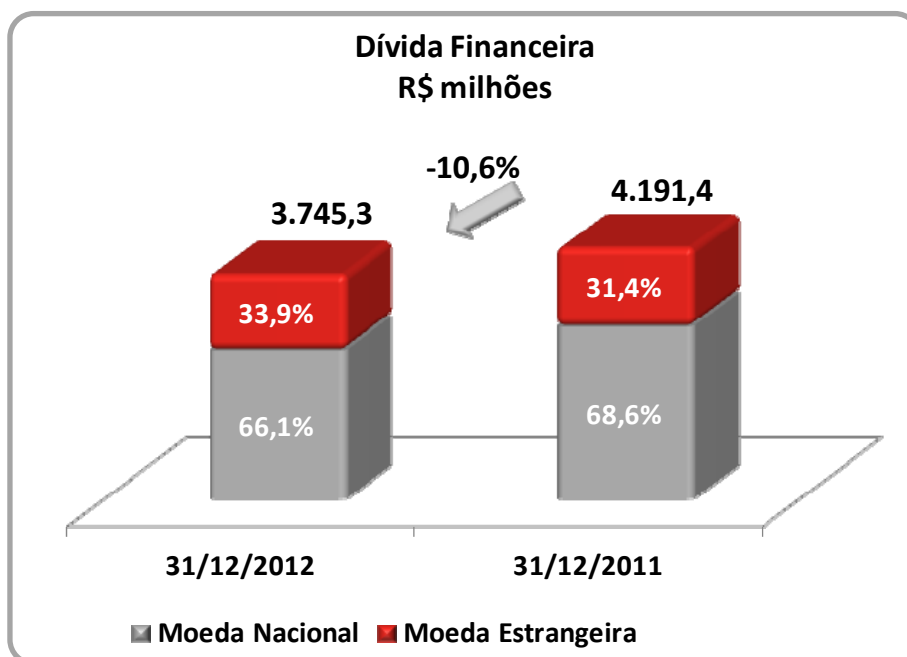
A variação no Preço Médio Geral da Energia Vendida foi de 8,9% no acumulado do ano e 5,1% no quarto trimestre em relação aos mesmos períodos de 2011. O IGPM teve variação no ano 7,8%, 2,7 p.p. acima de 2011. A cotação do dólar em 31/12/2012 foi de R\$ 2,0435, ligeiramente superior aos R\$ 2,0306 de 30/09/12 (+0,6%) e 8,9% acima do fechamento de 2011 (R\$ 1,8758).

Indicadores Econômico -Financeiros	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh	93,71	89,14	5,1%	92,29	84,73	8,9%
Margem Operacional	-9,9%	41,0%	- 54,2 p.p.	33,7%	40,1%	-6,4 p.p.
Variação do Dólar	0,6%	1,2%	-0,5 p.p.	8,9%	12,6%	-3,6 p.p.
IGP-M	0,7%	0,9%	-0,2 p.p.	7,8%	5,1%	2,7 p.p.
IPC-A	2,0%	1,5%	-0,5 p.p.	5,8%	6,5%	-0,7 p.p.
Liquidez Corrente				0,60	0,61	

DÍVIDA FINANCEIRA

A Dívida Financeira em 31/12/2012 era de R\$ 3.745,3 milhões, 10,6% inferior a 31/12/2011.

Considerando os recursos em Caixa de R\$ 513,5 milhões e R\$ 65,8 milhões como Cauções e Depósitos Vinculados, as disponibilidades atingiram R\$ 579,3 milhões. Os depósitos referem-se à aquisição de US\$ 32,2 milhões efetuada em novembro de 2012, a ser utilizada para pagamento de juros dos empréstimos Bônus series 7 e 8, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente. A Dívida Líquida no final de dezembro de 2012 era de R\$ 3.166,0 milhões (R\$ 3.756,3 milhões em 31.12.2011).



A dívida em moeda estrangeira era de US\$ 621,3 milhões em 31.12.2012, incluindo encargos incorridos até a data (US\$ 701,8 milhões em 31.12.2011).

Posição da Dívida em (Em R\$ mil)	31/12/2012				31/12/2011		Var. %
	Encargos	Circulante	Não Circulante	Total	Total		
Moeda Estrangeira	17.651	589.120	662.843	1.269.614	1.316.420	-3,6%	
Instituições Financeiras	1.574	56.542	28.271	86.387	161.249	-46,4%	
BNDES	1.788	82.786	633.583	718.157	726.529	-1,2%	
Notas de Médio Prazo	14.244	449.570	-	463.814	426.991	8,6%	
Outras Instituições	45	222	989	1.256	1.651	-23,9%	
Moeda Nacional	42.620	54.398	1.101.156	1.198.174	1.332.861	-10,1%	
Instituições Financeiras	926	49.183	45.516	95.625	292.632	-67,3%	
Notas de Médio Prazo	41.682	-	1.025.091	1.066.773	999.237	6,8%	
ELETRORÁS	12	5.215	30.549	35.776	40.992	-12,7%	
Outras Dívidas	2.540	362.386	912.567	1.277.493	1.542.135	-17,2%	
Valores a pagar	499	45.892	76.384	122.775	149.673	-18,0%	
FIDC	2.041	285.540	714.948	1.002.529	1.194.358	-16,1%	
Entidade de Previdência a empregados *	-	30.954	121.235	152.189	198.104	-23,2%	
Total da Dívida Financeira (1)	62.811	1.005.904	2.676.566	3.745.281	4.191.416	-10,6%	
Recursos (2)	-	579.275	-	579.275	435.112	33,1%	
Disponibilidades	-	513.525	-	513.525	435.112	18,0%	
Cauções e Depósitos Vinculados	-	65.750	-	65.750	-	-	
TOTAL LÍQUIDO (1) - (2)	62.811	426.629	2.676.566	3.166.006	3.756.304	-15,7%	

* Considera somente os contratos de dívida com a Fundação CESP

MERCADO DE CAPITAIS

A edição da Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012 (posteriormente convertida em Lei nº 12.783, de 14/01/2013), que tratou da renovação das concessões de geração, transmissão e distribuição causou forte impacto nas empresas de energia elétrica.

A ação mais negociada da CESP, as **Preferenciais Classe B (CESP6)** que representam 64% do capital total da Companhia, sofreu uma desvalorização de 41,3% no ano de 2012, com cotação em 28/12/2012, de R\$ 19,39. As ações **Ordinárias (CESP3)**, que representam 33% do capital, encerraram o ano com desvalorização de 39,6%, cotadas a R\$ 16,49. As **Preferenciais Classe A (CESP5)**, que representam 3% do capital, apresentaram queda de 44,8% e eram negociadas a R\$ 18,57, no último dia do ano.

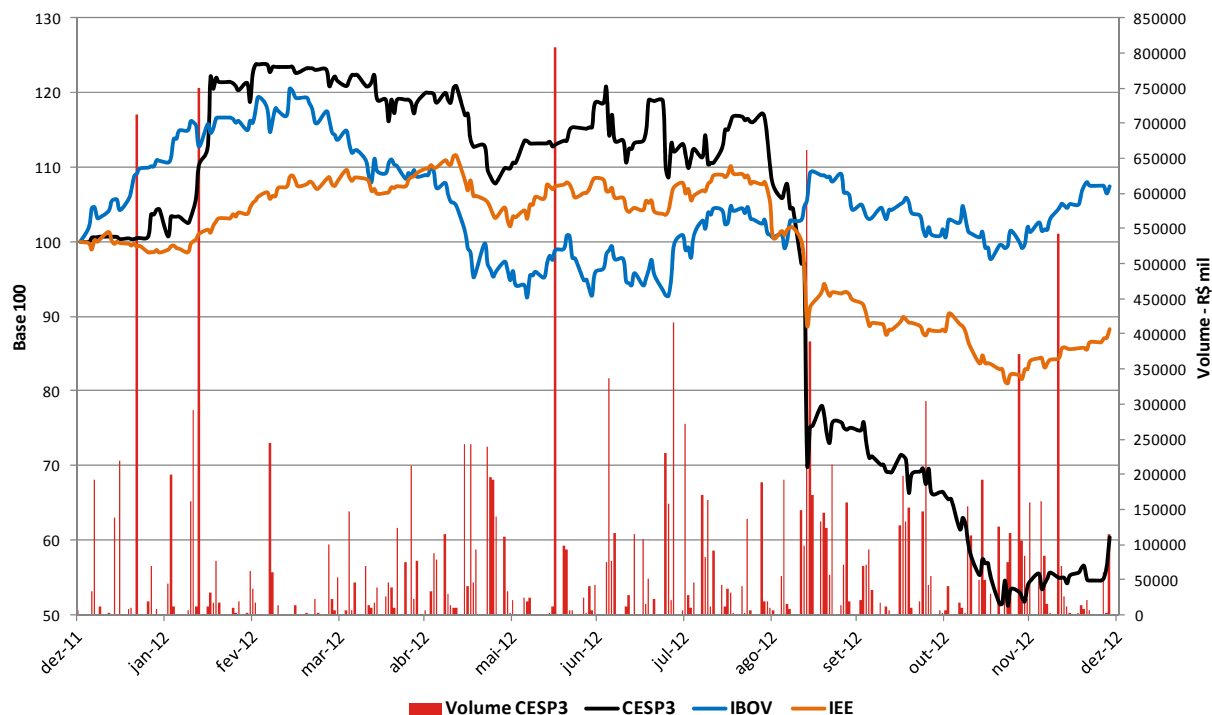
O IEE – Índice de Energia Elétrica teve grande volatilidade durante 2012, encerrando o ano com queda de -11,7%. Por outro lado, o IBOVESPA apresentou crescimento de 7,4%, revertendo parcialmente a forte queda de 18,1% apresentada em 2011.

A tabela abaixo apresenta as cotações de fechamento e valor de mercado da CESP no último pregão de dezembro de 2012, bem como o total de pontos dos índices IBOVESPA e IEE nas mesmas datas.

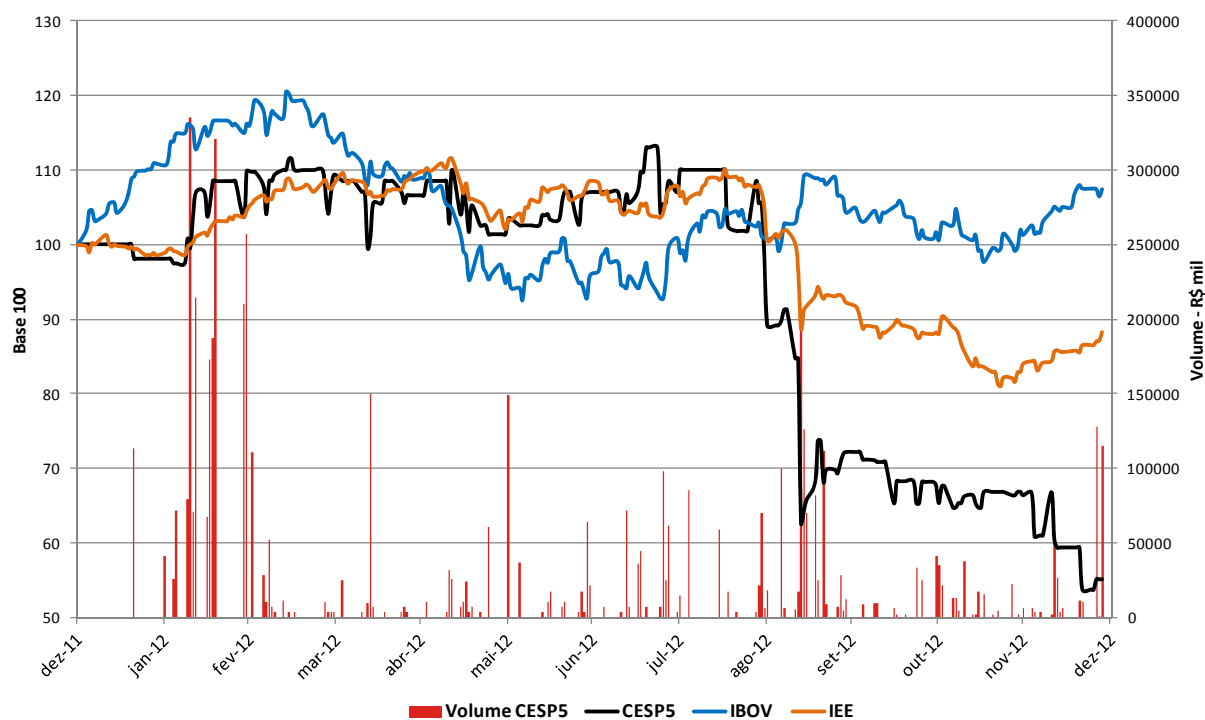
Ação / índice	Fechamento Dezembro/2012	Fechamento Dezembro/2011	Var. %	Número de Ações (mil)	Valor de Mercado (R\$ mil) Dezembro/2012
CESP3 - ON	16,49	27,30	-39,6%	109.168	1.800.180
CESP5 - PNA	18,57	33,65	-44,8%	8.119	150.770
CESP6 - PNB	19,39	33,05	-41,3%	210.216	4.076.088
TOTAL CESP				327.503	6.027.038
IBOV	60.952	56.754	7,4%		
IEE	28.792	32.613	-11,7%		

DESEMPENHO DAS AÇÕES

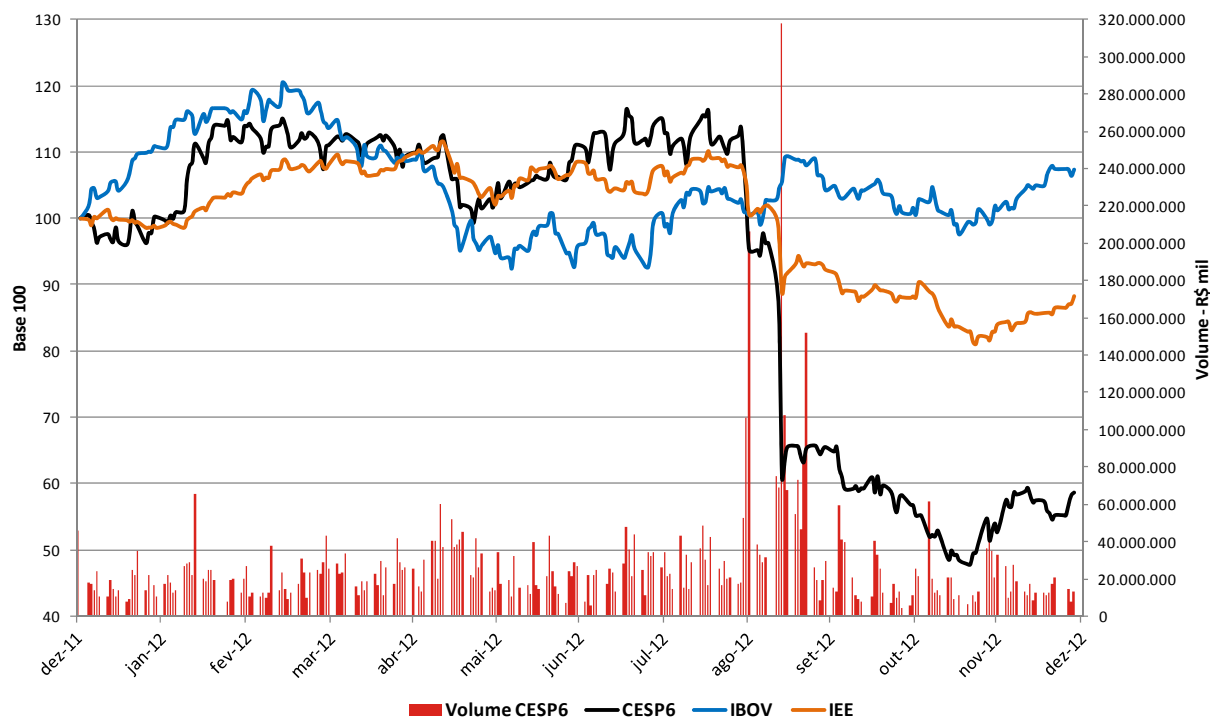
CESP3 - ON (Cotação em 28/12/2012 R\$ 16,49)



CESP5 - PNA (Cotação em 28/12/2012 R\$ 18,57)



CESP6 – PNB (Cotação em 28/12/2012 R\$ 19,39)



AVISO LEGAL

As afirmações contidas neste documento relacionadas às perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas às perspectivas de crescimento da CESP são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da administração sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas a mudanças sem aviso prévio.

Demonstração dos Resultados (Estrutura Padrão) - R\$ mil	4T12	4T11	Var.	2012	2011	Var.
RECEITA OPERACIONAL	937.159	908.163	3,2%	3.819.891	3.379.086	13,0%
Fornecimento de energia	216.168	209.249	3,3%	896.970	769.522	16,6%
Suprimento de energia - Contratos	145.231	103.585	40,2%	451.986	412.285	9,6%
Suprimento de energia de leilões	561.622	545.210	3,0%	2.123.296	2.045.138	3,8%
Energia de curto prazo	13.182	49.146	-73,2%	344.071	148.245	132,1%
Outras receitas	956	973	-1,7%	3.568	3.896	-8,4%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL	(131.978)	(112.438)	17,4%	(465.886)	(421.561)	10,5%
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(38.880)	(23.692)	64,1%	(100.289)	(87.962)	14,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(8.084)	(8.088)	-	(33.504)	(29.953)	11,9%
Impostos s/ serviços - ISS	(30)	(30)	-	(100)	(116)	-13,8%
COFINS s/ receitas operacionais	(69.825)	(66.187)	5,5%	(272.776)	(249.329)	9,4%
PIS s/ receitas operacionais	(15.159)	(14.441)	5,0%	(59.217)	(54.201)	9,3%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	805.181	795.725	1,2%	3.354.005	2.957.525	13,4%
DESPESAS OPERACIONAIS	(885.058)	(469.665)	88,4%	(2.223.347)	(1.771.291)	25,5%
Pessoal	(60.292)	(59.671)	1,0%	(211.574)	(224.779)	-5,9%
Entidade de Previdência - Contribuição ao Plano	(2.514)	(3.372)	-25,4%	(8.877)	(9.546)	-7,0%
Entidade de Previdência - CPC 33 / IAS 19	(317.443)	(16.038)	n.d.	(342.202)	(45.924)	645,1%
Material	(2.849)	(3.611)	-21,1%	(10.907)	(16.428)	-33,6%
Serviços de terceiros	(32.613)	(32.766)	-0,5%	(111.792)	(118.416)	-5,6%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(48.648)	(48.122)	1,1%	(208.323)	(189.391)	10,0%
Energia comprada	(142.464)	-	-	(142.464)	-	-
Encargos de uso do sistema de transmissão / serviços do sistema	(93.403)	(95.105)	-1,8%	(371.503)	(343.622)	8,1%
Taxas do setor elétrico	(4.502)	(3.936)	14,4%	(17.637)	(16.605)	6,2%
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso do sistema de transmissão	8.644	8.176	5,7%	31.715	30.658	3,4%
Depreciação	(191.745)	(194.025)	-1,2%	(773.830)	(777.894)	-0,5%
Provisão para perda estimada de crédito	(3.448)	(1.200)	187,3%	(28.411)	(1.200)	2267,6%
Provisões operacionais	11.123	(12.532)	-188,8%	(11.713)	(32.337)	-63,8%
RTE Despacho nº 2517/2010 - ANEEL	-	-	n.d.	-	(9.606)	n.d.
Outras despesas	(4.904)	(7.463)	-34,3%	(15.829)	(16.201)	-2,3%
RESULTADO DO SERVIÇO	(79.877)	326.060	-124,5%	1.130.658	1.186.234	-4,7%
Outras (despesas) receitas líquidas	(66.260)	(49.494)	33,9%	(175.872)	(266.863)	-34,1%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(146.137)	276.566	-152,8%	954.786	919.371	3,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(120.021)	(138.118)	-13,1%	(576.633)	(681.537)	-15,4%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS	(266.158)	138.448	n.d.	378.153	237.834	59,0%
Imposto de renda - corrente	(41.483)	(59.436)	-30,2%	(214.212)	(184.180)	16,3%
Contribuição social - corrente	(16.127)	(23.527)	-31,5%	(81.512)	(71.565)	13,9%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.157	18.105	50,0%	65.553	126.492	-48,2%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(30.453)	(64.858)	n.d.	(230.171)	(129.253)	78,1%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO	(296.611)	73.590	-503,1%	147.982	108.581	36,3%
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO por ação do capital social	(0,91)	0,22	-503,1%	0,45	0,33	36,3%

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
CIRCULANTE	1.075.237	969.263
Caixa e equivalentes de caixa	513.525	435.112
Valores a receber	389.189	400.211
Perda estimada de créditos	(46.895)	(22.308)
Tributos e contribuições compensáveis	6.656	14.643
Cauções e depósitos vinculados	65.750	-
Almoxarifado	33.804	41.802
Outros créditos	111.536	97.840
Despesas pagas antecipadamente	1.672	1.963
NÃO CIRCULANTE	15.814.635	16.330.756
Cauções e depósitos vinculados	628.201	462.039
Outros créditos	4.868	19.539
Investimentos	-	8.172
Imobilizado	15.181.566	15.841.006
TOTAL DO ATIVO	16.889.872	17.300.019

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2012

31/12/2011

CIRCULANTE	1.790.097	1.599.558
Fornecedores	20.619	38.071
Empréstimos e financiamentos	703.789	425.906
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	287.581	282.771
Valores a pagar	46.391	41.043
Tributos e contribuições sociais	61.672	109.196
Entidade de previdência a empregados	30.954	-
Energia comprada - CCEE	100.084	-
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	87.411	90.243
Dividendos e juros sobre capital próprio	271.684	390.790
Obrigações estimadas e folha de pagamento	34.931	34.717
Obrigações socioambientais	24.163	24.145
Outras obrigações	120.818	162.676
NÃO CIRCULANTE	5.219.838	5.582.334
Empréstimos e financiamentos	1.763.999	2.223.375
Fundo de investimento em Direitos Creditórios - FIDC	714.948	911.587
Valores a pagar	76.384	108.630
Tributos e contribuições sociais	7.170	25.538
Imposto de renda e contribuição social diferidos	177.927	243.480
Entidade de previdência a empregados	275.916	5.547
Taxas regulamentares / Encargos uso do sistema de transmissão	18.399	2.125
Provisão para riscos legais	1.941.473	1.819.826
Obrigações socioambientais	228.141	220.931
Outras obrigações	15.481	21.295
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.879.937	10.118.127
Capital social	5.975.433	5.975.433
Reservas de capital	1.929.098	1.929.098
Ajuste de avaliação patrimonial	1.548.690	1.748.153
Reservas de lucros	426.716	465.443
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.889.872	17.300.019

Demonstração dos Resultados (Estrutura ANEEL) - R\$ mil	2012	2011	Var.
RECEITA OPERACIONAL BRUTA			
Receitas c/ Energia			
Fornecimento de energia	896.970	769.522	16,6%
Suprimento de energia - Contratos	451.986	412.285	9,6%
Suprimento de energia - Leilões	2.123.296	2.045.138	3,8%
Energia de curto prazo	344.071	148.245	132,1%
	3.816.323	3.375.190	13,1%
Outras receitas	3.568	3.896	-8,4%
	3.819.891	3.379.086	13,0%
DEDUÇÕES À RECEITA OPERACIONAL			
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(100.289)	(87.962)	14,0%
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(33.504)	(29.953)	11,9%
Imposto s/ serviços - ISS	(100)	(116)	-13,8%
COFINS s/ receitas operacionais	(272.776)	(249.329)	9,4%
PIS s/ receitas operacionais	(59.217)	(54.201)	9,3%
	(465.886)	(421.561)	10,5%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.354.005	2.957.525	13,4%
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA			
Custo com Energia Elétrica	(690.575)	(502.355)	37,5%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(208.323)	(189.391)	10,0%
Encargos de uso do sistema de transmissão/serviços do sistema	(371.503)	(343.622)	8,1%
Energia comprada	(142.464)	-	n.d.
Créditos de COFINS/PIS s/ encargos de uso da rede e energia com	31.715	30.658	3,4%
Custo com operação	(1.230.096)	(951.388)	29,3%
Pessoal	(57.250)	(57.351)	-0,2%
Material	(5.498)	(10.021)	-45,1%
Serviços de terceiros	(45.220)	(43.951)	2,9%
Entidade de Previdência Privada	(351.079)	(55.470)	532,9%
Depreciação geração	(768.720)	(772.760)	-0,5%
Outras despesas	(2.329)	(11.835)	-80,3%
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.433.334	1.503.782	-4,7%
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(259.956)	(280.341)	-7,3%
Outras despesas operacionais	(42.720)	(37.207)	14,8%
Outras (despesas) receitas líquidas	(175.872)	(266.863)	-34,1%
	(478.548)	(584.411)	-18,1%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	954.786	919.371	3,9%
RESULTADO FINANCEIRO	(576.633)	(681.537)	-15,4%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	378.153	237.834	59,0%
Imposto de renda - corrente	(214.212)	(184.180)	16,3%
Contribuição social - corrente	(81.512)	(71.565)	13,9%
Imposto de renda diferido (ativo)	(91.696)	(81.461)	12,6%
Contribuição social diferida (ativo)	(25.906)	(30.671)	-15,5%
Imposto de renda diferido (passivo)	134.673	179.933	-25,2%
Contribuição social diferida (passivo)	48.482	58.691	-17,4%
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(230.171)	(129.253)	78,1%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	147.982	108.581	36,3%
RESULTADO ABRANGENTE	147.982	108.581	36,3%
Lucro básico por ação	0,45	0,33	36,3%
Lucro diluído por ação	0,45	0,33	36,3%

ANEXO 1 – Glossário do Setor de Energia Elétrica

ACL - Ambiente de Contratação Livre. Segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica, objeto de contratos bilaterais livremente negociados entre geradoras, comercializadoras e consumidores livres, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos. Os agentes de distribuição (distribuidoras) não podem comprar nesse ambiente.

Acordo Geral do Setor Elétrico - Acerto firmado entre geradoras e distribuidoras com o objetivo de definir regras para compensação das perdas financeiras geradas pelo racionamento de energia 2001/2002. O acordo, fechado em dezembro de 2001, previa financiamento pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) às empresas e reajuste tarifário extraordinário para os consumidores, com exceção dos consumidores de baixa renda, a título de recomposição das perdas.

ACR - Ambiente de Contratação Regulada – O segmento do mercado no qual se realizam as operações de compra e venda de energia elétrica entre agentes de geração e agentes de distribuição, precedidas de licitação, ressalvados os casos previstos em lei, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos.

Agente: Agente da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) – Concessionária, autorizada, ou permissionária de serviços e instalações de energia elétrica, comercializadoras e consumidores livres, integrantes da CCEE e sujeitos às obrigações e direitos previstos na Convenção, nas Regras e nos Procedimentos de Comercialização.

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica – Órgão regulador do setor elétrico brasileiro. Autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME, criada pela Lei 9.427 de 26 de Dezembro de 1996. Tem como atribuições: regular e fiscalizar a geração, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, atendendo reclamações de agentes e consumidores com equilíbrio entre as partes e em benefício da sociedade; mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor elétrico e entre estes e os consumidores; conceder, permitir e autorizar instalações e serviços de energia; garantir tarifas justas; zelar pela qualidade do serviço; exigir investimentos; estimular a competição entre os operadores e assegurar a universalização dos serviços.

Capacidade Instalada (Potência Instalada) - Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador.

CAR – Curva de Aversão a Risco - Mecanismo que estabelece o nível mínimo de armazenamento de água dos reservatórios das hidrelétricas necessário à produção de energia com segurança para o sistema interligado. A CAR foi instituída em janeiro de 2002 pela Resolução nº 109, que estabeleceu critérios e diretrizes para a política de operação energética e despacho de geração termelétrica realizados pelo ONS, bem como para a formação de preço no mercado de energia elétrica.

CCE - Contrato de Compra de Energia – Contrato com tarifa regulada, que estabelece os termos e as condições gerais que irão regular a comercialização de energia elétrica entre a atual geradora e a distribuidora com mercado inferior a 500 GWh/ano, para atendimento do seu mercado.

CCEAR - Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - Instrumento celebrado entre cada geradora e todas as distribuidoras participantes dos leilões de comercialização de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração existentes ou futuros.

CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – Pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua sob autorização do Poder Concedente e regulação e fiscalização da ANEEL, com a finalidade de viabilizar as operações de compra e venda de energia elétrica entre os Agentes da CCEE, restritas ao Sistema Interligado Nacional (SIN). É no ambiente da CCEE que mensalmente todos os agentes prestam contas de seus direitos de energia, e que se contabilizam os movimentos de energia elétrica.

CCVEE – Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica – Também denominado Contrato Bilateral. Instrumento que formaliza a comercialização de energia elétrica (volumes, preços, condições, etc.) decorrente da livre negociação entre os agentes geradores, comercializadores, consumidores livres, importadores, no Ambiente de Contratação Livre.

Comercializadora – Empresa que atua na intermediação de negócios de compra e venda de energia elétrica.

Consumidores Cativos - Consumidor ao qual só é permitido comprar energia da distribuidora, a cuja rede está conectado.

Consumidores Livres - Consumidor com demanda contratada igual ou superior a 3,0 MW, que tenha exercido a opção de se declarar livre, a fim de negociar as condições contratuais com o fornecedor de seu interesse (regulado pelos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995).

Contrato bilateral - Instrumento jurídico que formaliza a compra e venda de energia elétrica entre Agentes da CCEE, no Ambiente de Contratação Livre, tendo por objeto estabelecer preços, prazos e montantes de suprimento em intervalos temporais determinados.

Contrato de Concessão – Instrumento legal celebrado entre o Poder Concedente e a Concessionária, formalizador da concessão, e que deverá ter cláusulas essenciais, entre outras, as relativas ao objeto, área e prazo, bem como as principais condições da prestação do serviço público.

Cotas – Vide Sistema de cotas

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Distribuidoras - Agente titular de concessão federal para prestar o serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos da legislação aplicável, que atendem os consumidores cativos de sua área geográfica de concessão.

EBIT e EBITDA - Definidos pelas regras estabelecidas pela Instrução CVM nº 527/2012.

EBITDA Ajustado - Definido pela CESP como Lucro Líquido (prejuízo) adicionado dos Resultados Financeiros, Depreciação, Imposto de Renda e Contribuição Social (líquidos) e Entidade de previdência CPC 33/IAS19.

Energia Assegurada – Vide **Garantia Física**

Energia de Curto Prazo – É a energia contabilizada pela CCEE decorrente das diferenças entre o que foi produzido ou consumido e o que foi contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas no Mercado de Curto Prazo e valoradas ao PLD (Preço de Liquidação das Diferenças).

Energia de Empreendimentos Existentes - Energia elétrica produzida por empreendimentos que já se encontravam em operação comercial até 31 de dezembro de 1999, também denominada Energia Velha.

Energia de Novos Empreendimentos - Energia elétrica de novas usinas, novos empreendimentos sob licitação e também dos projetos concedidos e autorizados até 16 de março de 2004, que entraram em operação comercial a partir de 1º de janeiro de 2000 e cuja energia estava descontratada até 16 de março de 2004. Também denominada Energia Nova.

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, conforme estabelecido nas normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Securitização de recebíveis.

Fornecimento de Energia - venda de energia a grandes consumidores.

Garantia Física – É a quantidade de energia que um agente está autorizado a comercializar em contratos, como oferta de energia elétrica, medida em megawatts médios (MWmédios). Determinada pela ANEEL como o montante de energia elétrica, em média, que uma usina pode produzir e comercializar em base sustentável 365 dias por ano, com fator de risco de 5%. (substitui o conceito de energia assegurada).

Geradora – Empresa que produz energia elétrica.

Leilões de Energia – Processo licitatório para compra de energia elétrica, regido pelo edital e seus documentos correlatos, onde as Distribuidoras podem comprar energia para atendimento de seu mercado.

MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - Processo de realocação, entre Agentes de Distribuição participantes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de sobras e déficits de montantes de energia contratados no Ambiente de Contratação Regulada -ACR. Por este processo as distribuidoras podem transferir entre elas, até 3% ao ano, dos montantes que mantêm sob contrato de compra junto às geradoras.

Mercado de Curto Prazo - Segmento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE onde são comercializadas as diferenças entre os montantes de energia elétrica contratados e registrados pelos Agentes da CCEE e os montantes de geração ou consumo efetivamente verificados e atribuídos aos respectivos Agentes.

Mercado Livre - Vide ACL.

Mercado Regulado - Vide ACR.

MRE - Mecanismo de Realocação de Energia - Mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletro-energética do Sistema Interligado Nacional - SIN, no que concerne ao despacho centralizado das unidades de geração de energia elétrica. Isto significa que eventuais insuficiências de geração de uma Usina, sob comando do ONS, podem ser geradas por outra usina integrante do sistema, visando a otimização do sistema. Essas compensações são remuneradas pela TEO – Tarifa de Energia de Otimização.

MW- Megawatt – Unidade de medida de energia mecânica ou elétrica, de fluxo térmico e de fluxo energético de radiação, equivalente a um milhão de Watts.

MWh - Megawatt-hora – Unidade de medida equivalente a um megawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou um milhão de Watts-hora.

MWmédio - Megawatt médio - Unidade de medida referente à energia em MegaWatt-hora (MWh) dividida pelo respectivo número de horas do período.

ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico – Agente instituído pela Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pela Lei nº 10.848, de 2004, responsável pela coordenação e controle da operação de geração e da transmissão de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional - SIN.

PLD – Preço de Liquidação das Diferenças – Preço divulgado pela CCEE, calculado antecipadamente, com periodicidade semanal, tendo como base Custo Marginal de Operação, limitado por preços mínimo e máximo, pelo qual é valorada a energia comercializada no Mercado de Curto Prazo.

Potência instalada – Vide **Capacidade Instalada**.

Rede Básica - Instalações de transmissão do Sistema Interligado Nacional - SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão em tensão igual ou superior a 230 kV, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004.

RGR - Reserva Global de Reversão - Trata-se de um encargo pago mensalmente (quota) pelas empresas de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão e/ou encampação dos serviços públicos de energia elétrica. Tem, também, destinação legal para financiar a expansão e melhoria desses serviços, bem como financiar fontes alternativas de energia elétrica para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de novos potenciais hidráulicos, e para desenvolver e implantar programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. O valor anual do encargo a ser recolhido equivale a 2,5% do valor do Imobilizado vinculado à prestação do serviço de eletricidade, sendo limitado a 3,0% de sua receita anual.

RTE – Recomposição Tarifária Extraordinária - Aumento tarifário temporário, autorizado às distribuidoras das regiões que estiveram sob racionamento no período 2001/1002, pela Lei nº 10.438, de 2002. Parte dos recursos obtidos com essa recomposição foi repassado às geradoras como reembolso de energia comprada.

SIN – Sistema Interligado Nacional - Instalações eletricamente interligadas, compreendendo usinas, instalações de transmissão, responsáveis pelo suprimento de energia elétrica a todas as regiões do país, abrangendo 97% do consumo brasileiro.

Sistema de Cotas – Mecanismo utilizado para rateio da Garantia física de energia e de potência das Usinas Hidrelétricas, renovadas conforme lei 12.783 (MP 579) e alocadas para as concessionárias de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional, conforme a regulamentação específica da ANEEL, visando à modicidade tarifária.

Suprimento de Energia - venda de energia a distribuidoras e comercializadoras, para revenda a seus clientes.

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta – Instrumento jurídico firmado entre responsáveis por determinadas ações ou providências (no caso, a CESP), e o Ministério Público (federal, estaduais ou municipais), na defesa de *interesse difuso ou coletivo*. Em geral refere-se à prevenção, mitigação ou recuperação do meio ambiente, por meio da fixação de obrigações e condicionantes técnicas.